

# VIDA ASSOCIATIVA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE PALMEIRAS (MIMOSO DO SUL/ES)<sup>1</sup>

## ASSOCIATIVE LIFE AND SOCIAL MOBILIZATION: THE ASSOCIATION OF RESIDENTS OF THE PALMEIRAS COMMUNITY (MIMOSO DO SUL/ES)

Alana Gomes Fernandes\*  
Maria Gabriela Scotto\*\*

### Introdução

Este texto é o resultado do nosso interesse em analisar as relações associativas e comunitárias da Associação de Moradores de Palmeiras (AMOP), localizada no município Mimoso do Sul, no Espírito Santo. Esta associação, fundada em 1991, apresenta uma história de mobilização social e comunitária em torno de projetos de interesse comum,

que provocaram importantes transformações sociais para além dos limites da associação, como veremos ao longo das páginas que seguem.

Para o desenvolvimento da pesquisa nos guiamos, fundamentalmente, por propostas como as de Cefai, Veiga e Mota (2011) quando recomendam uma “etnografia da vida associativa”. Os autores propõem que a reflexão e análise do que eles chamam “vi-

\* Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [alana.gomesfernandes@gmail.com](mailto:alana.gomesfernandes@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3548-9056>.

\*\* Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [mgscotto@id.uff.br](mailto:mgscotto@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7640-6758>.

1. Uma versão bastante preliminar deste trabalho (Associativismo, Mobilização Social e Comunidade: um estudo de caso das relações associativas na Associação de Moradores de Palmeiras (AMOP), em Mimoso do Sul-ES) foi anteriormente publicado nos Anais do XVIII Seminário de Integração Regional (FERNANDES; SCOTTO, 2019).



da associativa<sup>2</sup>”, estejam enraizadas em estudos de casos concretos, e na coleta de dados *in vivo* obtidos através da observação direta e da observação participante. Baseados em autores como Max Gluckmann e Erving Goffman, eles destacam a análise situacional e processual como caminhos para conhecer a vida cotidiana, os costumes, hábitos, as convenções do coletivo, os arranjos políticos dos atores e as suas limitações gerais, torna-se mais fácil e precisa a compreensão das escolhas e decisões tomadas.

A *análise situacional*, e o *estudo de caso*, continuam os autores, “são antídotos contra as facilidades da tipificação, que rapidamente se tornam estereótipos” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 37). No entendimento dos autores, devemos compreender uma *associação* como uma modalidade de ação coletiva que vá muito além de uma definição jurídica. As associações são meios de sociabilidade e de socialização, sendo verdadeiras incubadoras de relações sociais diversas e complexas, que devem ser entendidas no seu contexto; são capazes de promover a transformação dos jogos de poder nos quais estão presas, porém são heterogêneas e constituídas por “contextos ambíguos”, articulando-se numa dinâmica de cooperação e competição, na qual os atores reduzem suas diferenças, apaziguam litígios e disputas em vista da organização de suas experiências a atividades. Sendo assim, “As associações aparecem, então, como “organizações compósitas”, ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, repousando sobre compromissos em torno de convenções comuns” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 30).

2. Vida associativa remete a uma trama de relações dos “laços civis e dos engajamentos cívicos que ganham forma na elaboração dos problemas públicos e na regulação do direito, dos conflitos e dos litígios.” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 18)

Neste caminho, somos capazes de descontruir crenças generalizantes sobre o associativismo, tais como as que destacam as utopias do comunitarismo, do republicanismo cívico e do capital social, da economia solidária e da democracia associativa, sem considerar os contextos ambíguos e, por vezes, contraditórios, onde se encontram, se constituem e se dinamizam as associações e a vida associativa.

Em termos mais ou menos similares, a cientista social Lígia Lückmann (2014) aponta que é possível encontrar associações cujos efeitos democráticos são distintos, dependendo do caso. Em seu artigo ela destaca:

Alguns autores (Paxton, 2002; Stolle e Ronchon, 1998; Baggetta, 2009; Robteutscher, 2005; Fung, 2003; Chambers e Kopstein, 2001 e 2006; Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006) vêm procurando desagregar esse fenômeno, com destaque para o trabalho de Warren (2001), pois reconhecem que muitas associações não são boas para a democracia, como determinados grupos privados, grupos racistas, de ódio, e muitos grupos de interesses poderosos que fazem jus às suspeitas de fascismo levantadas por Madison e Rousseau em suas preocupações com o ideal do bem comum. (LÜCHMANN, 2014, p. 160).

Sendo assim, propomos, junto aos autores mencionados, examinar os processos concretos de configuração das ações coletivas nas *arenas públicas*, antes de conceber, de forma generalizante, as associações como “microcomunidades” portadoras de identidades fixas e culturas próprias.

No lugar das análises que começam em termos de “tradição” comum ou da “cultura” partilhada, uma abordagem em termos de arenas públicas desenvolve uma perspectiva pragmatista, para compreender como se configuram associações. Ou seja: uma focalização sobre os sentidos em construção nas *situações de ação e de interação*, mais do que nas representações coletivas suspensas no ar; uma atenção a situações analisadas como *processos tendo sua dinâmica própria*, mais do que como estruturas objetivas cujas situações seriam sua sombra; uma percepção das *marginas de manobra e de arranjo dos constrangimentos ecológicos das situações*, mas do que a insistência nas formas de determinação e de reprodução das situações. (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 38).

Por sua vez, Luchmann (2014), em seu estudo de abordagens teóricas sobre o associativismo, partilha da compreensão de Cefai, Veiga e Mota (2011) quando afirma que

[...] os avanços na construção dos marcos analíticos que permitam capturar a pluralidade do fenômeno associativo implicam identificar as ambiguidades e os limites desse campo de ação social, suas desigualdades de poder e de recursos e as influências dos respectivos contextos e das relações que estabelecem com outros atores e instituições políticas, econômicas e sociais. (LUCHMANN, 2014, p. 161).

No entanto, essa autora traz a proposta de um estudo teórico sobre os conceitos que cercam a vida associativa em seu artigo, realizando uma análise dos efeitos democráticos promovidos por ela. Este ponto de vista mostra-se diferente do apresentado por Cefai, Veiga e Mota (2011) que, como mencionado, propõem que as análises sobre o associativismo e sobre a vida asso-

ciativa, que pretendam compreender de fato a realidade das ações coletivas de caráter associativo, devem originar-se da pesquisa empírica, tendo em vista os contextos plurais e, por vezes, contraditórios, de tais processos sociais.

Diante destas análises, o objetivo deste trabalho consiste na apresentação de alguns dos resultados do estudo de caso sobre a Associação de Moradores de Palmeiras (AMOP) na busca por compreender o “sucesso” desta associação. Este é um caso que nos permite observar, analiticamente: a articulação complexa de vínculos de proximidade social, de parentesco e de vizinhança; a identidade e o pertencimento com o lugar; a influência da igreja católica; o incentivo estatal e ações de mobilização em arenas públicas, que promoveram o bem-estar coletivo da Comunidade Palmeiras; e, mais recentemente, seu reconhecimento pelo mercado global como “promotora de desenvolvimento sustentável”.

Por meio de uma abordagem metodológica de cunho essencialmente qualitativo, realizou-se uma análise capaz de dar conta da compreensão dos elementos, processos ou fatores que contribuem para a vida associativa na Comunidade Palmeiras. Compreende-se, de acordo com Cefai, Veiga e Mota (2011), que somente uma abordagem qualitativa que alie observação direta, entrevista não dirigida e análise documental, permite compreender como a ação coletiva visando o interesse comum e a defesa de bens, também comuns, emerge em contextos locais, como o analisado.

A análise baseou-se em dados coletados durante trabalho de campo, com observação participante no período de fevereiro de 2018 a julho de 2019, assim como entrevistas com 15 pessoas. Entre estas, associados da AMOP, moradores da Comunida-

de Palmeiras que deixaram de fazer parte da associação, do Padre que participou da comunidade na época da fundação da associação, e de funcionários de órgãos públicos que participaram do processo associativo da AMOP. Esses dados foram complementados com a análise documental dos livros de atas das reuniões da AMOP bem como de seu estatuto, e de diversas pesquisas, reportagens e notícias sobre a associação.

### 1. Vida comunitária e sociabilidades

Fatos importantes que ajudam a compreender a formação da AMOP têm suas origens nas práticas sociais desenvolvidas pelos moradores da comunidade, décadas antes da constituição formal da associação. Trata-se de uma comunidade formada por poucas famílias<sup>3</sup>, todas com características semelhantes: são compostas de pequenos produtores rurais, especialmente de café conilon; há muitas décadas, alguns trabalhando em regime de meação<sup>4</sup> em outras propriedades; todos católicos praticantes; e, como os homens gostam de salientar, “amantes de futebol”. Postulamos que estas, dentre outras características, tornaram possível a vida associativa e o senso de coletivo, que podem ser vistos como estando na mesma origem do processo que constituiria a AMOP tempos depois.

Relata Júlio Martins<sup>5</sup>, associado e primeiro presidente da AMOP, que tanto o time de futebol existente na comunidade de Palmeiras, quanto as reuniões religiosas feitas pelos moradores em suas casas e na igreja, e o engajamento e organização da Comunidade Eclesial de Base de Palmeiras, contribuíram para o processo de organização desta comunidade. Lembra que sempre, após os jogos e após as rezas, os moradores conversavam, confraternizavam e podiam ali, nas trocas, perceberem seus problemas comuns e dialogarem na busca por soluções. Estes espaços de sociabilidade foram importantes para fortalecer vínculos identitários que são fundamentais nos processos de engajamento associativo. Neste sentido, Cefai, Veiga e Mota (2011) colabora com a análise ao afirmar que

A associação encarna o processo de formulação de referências identitárias, canaliza a energia da rejeição e converte-a em protesto, e ainda contribui com a produção de repertórios de argumentação e de motivação. (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 84).

Contribui também com esta análise, a referência que a já citada cientista social Lígia Lückmann faz à citação de Robert Putnam, em seu artigo “Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos”, quando este afirma:

3. Nos anos 1990, década da fundação da AMOP a Comunidade Palmeiras contava com cerca de 44 famílias moradoras. Em 2021 a Comunidade de Palmeiras conta com 41 famílias, das quais 36 são associados da AMOP.

4. Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões mais atrasadas.

5. Nome fictício. Primeiro Presidente da AMOP, teve seu mandato reconduzido por outras duas vezes.

Comparecimento às urnas, leitura de jornais, participação em corais e clubes de futebol – estas foram as marcas de uma região bem-sucedida. De fato, a análise histórica sugere que essas redes de reciprocidade organizada e de solidariedade cívica, longe de serem um epifenômeno da modernização socioeconômica, foram uma pré-condição para ela – “capital social” refere-se a características de organização social como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. (PUTNAM, 1995, p. 67 apud LÜCHMANN, 2014, p. 163).

Percebe-se, assim, um grupo social rico em vínculos de proximidade, que pode ser caracterizado como uma comunidade com forte “capital social”, no sentido descrito por Christopher Beaudoin, ou seja, uma comunidade com existência de redes de conexões essenciais para o desenvolvimento de práticas e comportamentos que transcendem a dimensão individual (BEAUDOIN, 2011 apud LÜCHMANN, 2014, p. 163).

Na mesma direção aponta Luciene Sena (2014), em sua pesquisa sobre a “Contribuição das análises das redes sociais: contextualizando o papel social dos atores estratégicos”, também sobre a AMOP. Ela destaca, recorrendo a Pierre Bourdieu, “o potencial das conexões estabelecidas e recursos dos atores” como atributos vinculados ao conceito de capital social defendido pelo sociólogo francês (SENA, 2014, p. 17).

Para Bourdieu (2007), o capital social alude a um:

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durá-

vel de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações úteis e permanentes. (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Retornando a Júlio Martins, ele relembra que, em 1990, o padre em exercício na Paróquia de Mimoso do Sul, Pe. Eric<sup>6</sup>, o convidou para participar de um curso que a igreja daria na cidade de Jerônimo Monteiro sobre “lideranças”, e que ele aceitou o convite e realizou o curso oferecido. Ao retornar do curso, conta que decidiu que deveria conhecer melhor a sua comunidade. Então, segundo as evocações de Júlio, ele elaborou um questionário, e ao chegar do trabalho, foi de casa em casa, a cavalo, para conversar com os moradores. Nesse questionário, ele perguntava sobre o número de pessoas das famílias, crianças, quais os problemas pelos quais as famílias passavam etc., e relata que percebeu que os problemas das famílias eram muito parecidos: analfabetismo, alcoolismo, fumantes, crianças desnutridas, crianças com giárdia, baixa produtividade das lavouras, entre outros.

Durante a “pesquisa”, conta Júlio, apareceram no ponto mais alto da comunidade, homens desconhecidos numa propriedade. Na ocasião, Júlio Martins resolveu ir até eles apresentando-se e falando sobre o trabalho que estava realizando para conhecer os moradores da região. Para sua surpresa, aqueles homens explicaram que estavam ali somente de passagem, já que foram contratados para cortar as árvores da

6. Nome fictício. Padre local, na época da fundação da AMOP.

mata daquelas terras, cujo madeireiro havia comprado. A ameaça do corte das árvores e as possíveis consequências nas fontes de água da região detonaram um intenso processo de mobilização social dos moradores de Palmeiras: eles procuraram os órgãos de defesa ambiental e a emissora de televisão local para denunciar o desmatamento, assim como conversaram com o madeireiro que, no entanto, não voltou atrás na sua decisão. Diante disso, os moradores ameaçaram atear fogo na ponte de madeira que ligava a comunidade às demais estradas, caso o madeireiro fosse passar com as toras de árvores derrubadas. Assim, os moradores conseguiram conter o desmatamento, e com isto perceber que com união e organização a comunidade poderia alcançar muitas outras melhorias.

Uma ameaça ao lugar da comunidade promoveu uma angústia geral entre os moradores e a semelhança do que aconteceu em *La Bellevilleuse* – uma associação francesa de moradores analisada por Cefai, Veiga e Mota (2011):

O acontecimento tem um papel de operador da concentração e da intensificação dos afetos, até então dispersos, em um sentimento de indignação compartilhada por todos. Faz nascer, no auge da prova, o apego ao bairro e a urgência de protegê-lo. Dá um toque inicial à mobilização e à coordenação. (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 79).

A partir de então, os moradores – segundo eles mesmos narram – “compreenderam que poderiam, juntos, promover muitas outras mudanças que melhorariam sua qualidade de vida e que contribuiriam na preservação do seu espaço de vida, existência e trabalho” (Júlio Martins em entrevista cedida aos autores em 16 de março de 2018).

Surge, assim, a ideia de constituírem-se em associação, fato que foi materializado meses depois, em 1991, com a constituição formal da AMOP.

Gostaríamos aqui de abrir um parêntese para levantar uma questão: aqueles moradores podem ser vistos como “militantes ecologistas”? Lembra-se que, à época, os movimentos mobilizadores da Rio 92 já estavam tomando espaços no Brasil e os “processos de ambientalização” traziam à tona a questão ambiental como uma nova questão pública (LOPES, 2016). Ou, conforme nos diria Joan Martinez Alier (1992), ao abordar o ecologismo dos pobres, eles eram “ecologistas” sem sabê-lo, sem se identificarem coletivamente como tais? Nos fatos e na fala dos atores envolvidos, na época da contenção do desmatamento em Palmeiras, pode-se observar que a consciência ambiental era trabalhada mais pela noção da necessidade para a sobrevivência da comunidade, do que propriamente por uma decisão política consciente da questão ambiental. A igreja era a maior responsável, à época, por trabalhar alguma noção de proteção do meio ambiente na comunidade, e talvez isto tenha influenciado a atitude dos moradores. Neste sentido, Alier (1992, p. 8) propõe que “existe um ecologismo dos pobres fácil de descobrir nos recentes e fortes movimentos ecologistas da Índia e do Brasil”, citando no Brasil, especialmente o movimento de Chico Mendes e a luta dos seringueiros.

Alier (1992) traz a perspectiva das comunidades tradicionais, das populações pobres na defesa do seu espaço de vida, no qual a defesa do ambiente está diretamente implicada. Ao mesmo tempo em que colocam em xeque as leis de mercado capitalistas e seus usos predatórios dos recursos naturais, mostra que o meio ambiente não se reduz a uma perspectiva científica da natu-

reza. O autor discorre, ainda, sobre o ecologismo dos pobres informando que “os movimentos sociais dos pobres estão frequentemente relacionados com suas lutas pela sobrevivência, e são, portanto, ecologistas (...) enquanto que seus objetivos são definidos em termos das necessidades ecológicas para a vida: energia (...), água, espaço para habitar” (ALIER, 1992, p. 9).

Os moradores da comunidade Palmeiras trouxeram a preocupação com as árvores e com os mananciais que garantiam a vida no seu lugar como agricultores, como um motivo para lutarem pela defesa do meio ambiente, do lugar onde viviam. Assim, pode-se compreender a mobilização dos moradores dessa comunidade no mesmo sentido que propõe Alier (1992), ao descrever o ecologismo dos pobres.

Postulamos que recuperar a preocupação dos moradores com o bem comum e sua defesa de forma coletiva, é fundamental para entender o “sucesso” da vida associativa que se concretizara mais tarde na criação da AMOP.

## 2. A Associação dos Moradores de Palmeiras (AMOP)

A Comunidade Palmeiras está localizada no distrito sede de Mimoso do Sul, distante cerca de 11 km do centro da cidade.

Esta comunidade faz parte de uma área de proteção ambiental denominada Monumento Natural Estadual Serra das Torres, unidade de conservação estadual criada em 2010 pela Lei Estadual nº. 9.463, por abrigar elementos de valor histórico, cultural e antropológico de interesse estadual, bem como por conter um dos principais remanescentes florestais contínuos do sul do estado.

As belezas naturais, as montanhas e encostas, e as águas abundantes fazem parte desta comunidade rural que se integra a este ambiente, buscando constantemente sua preservação, assim como as demais comunidades que ocupam a área do Monumento Natural Serra das Torres. Segundo afirma a bióloga e pesquisadora Jane Oliveira,

[...] as pessoas que protegem a unidade de conservação são os moradores, as pessoas que moram aqui, são eles que cuidam dos riachos, que evitam jogar o agrotóxico próximo as nascentes, a pessoa que cerca a nascente para proteger (...) são os moradores que fazem o seu cultivo (...) mantendo a área verde intacta (OLIVEIRA, entrevista em 25 de abril de 2018).

Esta é uma comunidade formada por pequenos agricultores familiares<sup>7</sup>, cujas propriedades têm em média a extensão territorial equivalente a um alqueire (cerca de 4,8

7. Segundo a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, consideram-se agricultores familiares aqueles que não detenham área maior do que quatro módulos fiscais; que utilizem predominantemente de mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; tenham renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento; e dirijam o empreendimento com sua família. Fonte: Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/agricultura-familiar-capixaba-garante-diversidade-emprego-e-renda-no-campo>> Acesso em 30 jul 2019. Vale ressaltar que, de acordo com o INCAPER, na região de Mimoso do Sul o módulo fiscal equivale a 30 hectares. Fonte: Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Mimoso.pdf>> Acesso em 30 jul 2019.

hectares), e por um grande proprietário que detêm a maior parte da área da comunidade, cerca de 80 alqueires.

De acordo com informações colhidas junto aos moradores e fornecidas em relatório pelo Incaper<sup>8</sup> (INCAPER, 1991), antes denominada Emater, na época da colheita desses dados, existiam 44 famílias que residiam na região de Palmeiras. Nos anos 2000, não houve um censo parecido, contudo, os associados informam que atualmente há cerca de 41 famílias moradoras na região. Destas famílias, 36 fazem parte da Associação de Moradores de Palmeiras no ano de 2021.

A produção de café é a principal fonte de renda das famílias dos pequenos agricultores que ali residem, mas a diversificação com a produção de banana, cacau, laranja, goiaba e produção artesanal de doces, pães e biscoitos também é parte da atividade econômica da região. A pecuária é a principal atividade exercida pelo proprietário da maior porção das terras daquela comunidade. Algumas famílias contam com renda em trabalhos extras, como professores e pedreiros, mas a maior parte concentra sua renda na produção desenvolvida em suas propriedades.

Uma característica importante dos moradores desta comunidade tem relação com

suas mesmas origens familiares, haja vista que muitos dos filhos de antigos moradores deram continuidade ao ofício de agricultor, de seus pais, e permaneceram residindo e cultivando na comunidade de Palmeiras. Até o período da pesquisa, todos os moradores professavam a fé católica, reunindo-se com frequência para as orações, novenas e cultos religiosos.

Após o processo de contenção do desmatamento relatado anteriormente, os moradores resolvem fundar, em 1991, a Associação de Moradores de Palmeiras, acreditando, segundo os relatos, que “poderiam alcançar melhorias para toda a comunidade”. Neste sentido, João Nunes<sup>9</sup>, técnico agrícola da antiga Emater e que foi um dos grandes apoiadores<sup>10</sup> da Associação, informa que na década de 1990 não se ouvia falar em associação, que não havia na cidade de Mimoso nenhuma associação, sendo a AMOP a primeira associação civil da cidade.

Na AMOP podem associar-se os moradores da comunidade, sendo ou não os proprietários das terras. Na Ata nº. 06 da AMOP fica decidido que “(...) um da família, ou o pai ou a mãe, fica sendo sócio e contribui financeiramente e os outros são dependentes, sendo que todos têm os mesmos direitos e deveres” (Ata nº. 06 de 25 de fevereiro de 1993).

8. O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), é responsável pelos serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural no âmbito do Estado do Espírito Santo. Na década de 70 até o ano 1999 este instituto recebia o nome de Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper) e sua finalidade era a de gerar, adaptar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos, de acordo com a realidade rural do Espírito Santo. Em 1999, pesquisa, assistência técnica e extensão rural foram integradas com a criação da Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper) nascendo assim a autarquia denominada INCAPER. Fonte: Disponível em: < <https://incaper.es.gov.br/quem-somos> > Acesso em 18 set 2022.

9. Nome fictício. João Nunes, técnico agrícola da Emater na década de 1990, que foi um dos grandes apoiadores desta Associação.

10. A AMOP prestou uma homenagem a José Nunes em agradecimento pelo apoio à associação (MOFATTI, n.d. )

A Ata da primeira assembleia da Associação de Palmeiras, datada de 20 de outubro de 1991, diz o seguinte:

[...] os moradores da comunidade de Palmeiras se reuniram com o objetivo de encontrar soluções para problemas vários que ocorreram na comunidade.

...

A reunião foi coordenada pelo membro da comunidade, João Batista Machado, onde foi lançada a proposta de criar-se uma Associação comunitária, que segundo consta na ata 'terá como função: a organização da comunidade, dar continuidade ao trabalho de fiscalização do desmatamento da mata nas cabeceiras das nascentes dentro da área da comunidade, e ter maior representatividade junto às autoridades municipais nas reivindicações para solução dos problemas'. (Ata nº. 01 de 20 de outubro de 1991).

Verifica-se nos objetivos acima citados, onde é decidida a fundação da Associação, seu caráter comunitário e político, exercendo um duplo papel "fiscalizador": o primeiro na fiscalização direta movendo uma ação coletiva contra o desmatamento e segundo na busca da intermediação entre os associados e os órgãos públicos que precisam ser acionados para as providências solicitadas pela Associação. Vera Telles (1994), neste sentido, compreende que:

(...) é nessa mediação entre Estado e sociedade civil que é possível vislumbrar as possibilidades de realização do princípio republicano da separação entre o público e o privado, o princípio democrático do reconhecimento, representação e negociação de interesses plurais e o princípio igualitário da cidadania e da universalização dos direitos. (TELLES, 1994, p. 50).

A "mediação" com o Estado e a mobilização em arenas públicas são os espaços onde os interesses dos diversos agentes coletivos e do Estado são expostos e negociados; o mesmo ocorre com os embates possibilitados pelos tensionamentos provocados pela ação da sociedade civil, organizada em suas reivindicações no Estado como

[...] uma sociedade na qual as relações sociais sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre reaberta negociação. (TELLES, 1994, p. 48).

Telles colabora com a análise da capacidade que tem a sociedade civil organizada de "desprivatizar carências e necessidades, demandas e aspirações, ao projetá-las no cenário público" (TELLES, 1994, p. 48). Na leitura da Ata nº. 01 da Associação de Moradores de Palmeiras, pode-se notar que eles já pareciam ter alcançado esta percepção de que, com a constituição de uma associação formal, poderiam conseguir dar passos ainda maiores em direção aos seus objetivos, tendo melhores condições de articulação nas arenas públicas. Percebe-se, ainda, nesta primeira Ata da AMOP, que nela se segue uma tendência de articular uma associação na busca da "proteção" estatal, pois como afirmam Cefai, Veiga e Mota (2011, p. 44), "um grande número de associações é fundado para adquirir um status jurídico, de modo a ser identificada na arena pública, e com isso poder participar de negociações, receber financiamentos ou estar implicada em processos". De acordo com os mesmos autores, alguns antropólogos brasilei-

ros, ao analisar a questão dos direitos civis como benefícios concedidos pelo Estado ou seus intermediários aos cidadãos, passaram a observar que “tornou-se evidente que a cidadania nos moldes como ela foi forjada na constituição da República brasileira não pressupunha autonomia, mas uma tutela do Estado sobre os cidadãos”. Nestes termos, afirmam, ainda, que o ideal associativista se encaixa, nessa perspectiva, com o da “cidadania tutelada” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 45-46).

Voltando à AMOP, sua segunda assembleia foi realizada em 15 de novembro de 1991, quando foi aprovado o estatuto que regeria a associação que estava sendo criada. De acordo com seu estatuto, os objetivos desta Associação são os seguintes:

Art. 3º - A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede em Palmeiras, e foro em Mimoso do Sul (ES), e tem por objetivos:

I - promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;

II - proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da região, através da integração de seus moradores;

III - proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

IV - promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas e de assistência. (Ata nº 02 de 15 de novembro de 1991).

Cabe observar que, pelo estatuto, a Associação de Moradores de Palmeiras passa a ser investida de uma missão comparável ao do serviço público, pela própria comunidade que lhe deu vida. Passa a agir, as-

sim, como uma espécie de “agência de desenvolvimento local”, catalogando os problemas da comunidade e agindo sobre eles na busca de solução.

Salienta-se que o fato de esta Associação ter conseguido espaços nas “porosidades” do Estado para alcançar seus objetivos comunitários e produtivos, e contrabalançar a estrutura de poder utilizando suas relações políticas, gestadas num processo associativo precedente ao sentido legal do termo, onde os sentimentos associativos foram vivenciados e experienciados por seus atores.

Fazendo jus à Ata nº 1 e ao seu Estatuto é possível afirmar, diante das evidências narradas nas histórias contadas pelos associados, nas reportagens com temas da Associação de Moradores de Palmeiras, nas falas de apoiadores, agentes públicos, em relatórios públicos e até mesmo nos depoimentos de ex-associados, que a AMOP, em seus quase 30 anos de existência, muito tem colaborado para atingir os objetivos iniciais de sua fundação. Nas páginas que seguem, são elencados alguns dos registros de fatos e acontecimentos da história dessa associação.

### **3. AMOP e suas histórias de orgulho, premiações e reconhecimento público**

Apresentam-se, a seguir, as narrativas sobre os feitos realizados por meio do trabalho da AMOP, que colaboram para que seus associados “sintam-se orgulhosos de fazerem parte da Associação”. Esta narrativa pública sobre os aspectos positivos da AMOP faz com que seja difícil sabermos mais sobre os fracassos, ou os conflitos que aconteceram no decorrer desses anos de trabalho associativo. Assim, propomos narrar os fatos públicos que envolveram a AMOP, os quais revelam as possíveis razões do “sucesso” desta Associação.

Os moradores da Comunidade Palmeiras, unidos em defesa do seu “lugar” e dos seus “pertencimentos”, encontraram o caminho do associativismo para dar voz às suas demandas. Neste sentido, iluminando estes sentimentos gerados pelo “pertencimento a um lugar” como no caso da Comunidade Palmeiras, Arturo Escobar (2005, p. 69) colabora:

Entretanto, o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa- continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a idéia de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey- ou a defesa do lugar como projeto- no caso de Dirlik- não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes.

Desta forma, moradores da Comunidade Palmeiras acabaram acompanhando uma tendência, citada por Cefai e outros autores, que observam que “desde os anos 1970, o número de associações de proximidade que se impuseram como atores protagonistas na vida pública não para de aumentar” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 71).

Relatam os associados que uma das primeiras providências tomadas após a formação da AMOP foi a construção de fossas, pois almejavam a despoluição do córrego Belo Monte que corta a Comunida-

de Palmeiras. Assim, de 1993 até o ano de 1999, todos os associados já tinham construído suas fossas, todos com recursos próprios. Após a construção das fossas, houve diminuição do acometimento de verminose, especialmente nas crianças. Esta teria sido a primeira grande vitória da Associação.

Em seguida, o foco da Associação, conforme relatos, foi trabalhar para diminuir o analfabetismo e promover o aumento da escolaridade na comunidade. Juntaram-se dez adultos, matricularam-se, e retornaram aos estudos: “Com 20 anos, a Associação não tinha mais analfabetos”, declara Júlio Martins.

O Incaper teve um papel fundamental na consolidação da associação. Com o apoio dos técnicos, foram realizadas diversas viagens técnicas levando os associados para conhecer lavouras de café produtivas e aprender o manejo das mesmas, e a realizarem diversos cursos na Comunidade Palmeiras. Assim, os associados reformularam suas lavouras, investiram na diversificação da produção e passaram a trabalhar em regime de mutirão, sempre que necessário.

A produtividade das lavouras de café dos associados passou de 10 sacas por hectare para uma média de 70 sacas por hectare, em um período de 10 a 15 anos após a fundação da Associação, segundo informa o associado Ivan Tavares<sup>11</sup>, terceiro presidente da AMOP e atual vice-presidente. Isto significou uma importante mudança econômica para as famílias moradoras da comunidade. Com o apoio e orientação do Incaper, os associados investiram na diversificação da produção e puderam fazer parte do Pro-

11. Nome fictício. Ivan Tavares foi o terceiro presidente da AMOP, tendo seu mandato reconduzido três vezes; atualmente ocupa o cargo de vice-presidente da AMOP. Foi nosso maior interlocutor durante todo o processo de pesquisa.

grama Federal de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>12</sup>, que realiza a compra da produção de alimentos de agricultores familiares para distribuir entre escolas e entidades civis e públicas, nos municípios onde acontece.

Os moradores construíram um Centro Comunitário na década de 1980, antes da existência formal da AMOP e, em 2015, com o apoio da Fundação Banco do Brasil, puderam reformá-lo e ampliar as instalações. Nele, há um espaço aberto onde acontecem as reuniões da associação e eventos de pequeno porte, um “Telecentro” com computadores ligados à rede mundial por meio de acesso à internet, cujos equipamentos a associação conseguiu graças a um projeto apresentado ao Ministério da Comunicação. O Centro Comunitário é um espaço utilizado por toda a comunidade de Palmeiras. Nele também funciona a escola de ensino fundamental da comunidade, e vale registrar que é a única escola municipal de Mimoso do Sul com ar condicionado na sala – equipamento também conseguido no projeto do Telecentro em parceria com o Ministério das Comunicações. Há ainda um espaço para a administração da Associação e uma sala de estudos, cursos, treinamentos e amostragens.

Em 2005, indicada pela Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo (CAFESUL)<sup>13</sup>, a Associação de Mo-

radores de Palmeiras foi escolhida para receber um projeto piloto do Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (CET-CAF), uma Unidade Regional para Inovação Tecnológica e Capacitação de Cafeicultores de Café Conilon do Espírito Santo na produção de cafés especiais. A AMOP passa a receber então a Unidade Regional de Cafés Especiais (URCE), cujo objetivo seria fortalecer o agricultor da base familiar para atender às exigências do mercado por cafés de melhor qualidade.

Este projeto foi implementado em três comunidades nas regiões sul, centro e norte do Espírito Santo. Segundo o relatório de avaliação de desempenho do projeto das URCE’s, os objetivos almejados somente foram alcançados na Associação de Moradores de Palmeiras: “A adesão ao projeto somente foi plena na comunidade de Palmeiras em Mimoso do Sul dado as características da mesma no trabalho associativo” (CET-CAF, 2010).

Em 2008, também por intermédio da Cafesul, que conquistou a certificação internacional do Comércio Justo (*Fair Trade*)<sup>14</sup>, a AMOP observou uma valorização da produção de seu café, tendo facilitado a inserção dos seus produtos no mercado internacional e melhorado seus preços. Esta certificação é concedida a pequenos produtores, artesãos e agricultores familiares, que seguem

12. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (PROGRAMA..., n. d.).

13. Vale ressaltar que a Cooperativa Cafesul foi fundada em novembro de 1998, e que os associados de Palmeiras foram alguns dos primeiros cooperados, segundo informação dos associados de Palmeiras.

14. No Brasil, a discussão do comércio justo teve início em 2001, quando diferentes organizações de produtores, entidades de assessoria, representantes governamentais organizaram-se formando a FACES do Brasil (Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil). A articulação em torno do comércio justo, culminou na criação de um Sistema Público para o Comércio Justo. Atualmente, o comércio justo é reconhecido no Brasil pelo Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), por meio do decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010 (BRAIL, 2010).

uma série de princípios, tais como processos democráticos, condições justas de produção e trabalho, respeito ao meio ambiente, dentre outros, o que torna a cooperativa detentora desta certificação e, por conseguinte, seus cooperados recebem os benefícios deste selo.

Dentre os fatos que dão orgulho aos associados, uma reportagem, de 2012, que foi veiculada no Globo Rural (GLOBO RURAL, 2012) sobre o processo vivenciado na Associação de Moradores de Palmeiras. A reportagem foi resultante de uma iniciativa dos associados que escreveram sua história para a emissora Rede Globo e que os levou a conseguir uma grande matéria jornalística, elaborada em duas partes e exibida no dia 22 de julho de 2012. Também no ano de 2012, conforme reportagem exibida em 08 de março de 2013 pela revista Safra ES (SAFRAES, 2013), foi concedida à Associação o prêmio Valores do Brasil, em reconhecimento pela Fundação Banco do Brasil das ações realizadas até então. Segundo informa a reportagem, o Plano de Negócio DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável Cafeicultura de Palmeiras, relatava a experiência: “renovação da lavoura cafeeira, aumento de produção e produtividade, adoção de práticas conservacionistas, com implantação de fossas sépticas, despoluição de mananciais e diminuição do analfabetismo da comunidade. Houve também melhoria da qualidade do café, o que garantiu um sobre preço de aproximadamente 15%”. A Associação disputou com projetos de toda a região Sudeste.

Também no ano de 2012, a AMOP conseguiu financiamento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), via Banco do Brasil, tanto para reformas quanto para a construção de casas para a comunidade de Palmeiras, conforme descreve a Ata nº. 80 da associação.

Dois anos mais tarde, em 2014, a Associação recebeu mais um prêmio pelo trabalho desenvolvido na comunidade pelo cuidado com o meio ambiente – o Prêmio Biguá de Sustentabilidade, da Rede Gazeta Sul (TROFÉU..., 2014). Nele, a comunidade recebeu o primeiro lugar no quesito “Sociedade Civil” pelo trabalho de despoluição das águas da comunidade com a colocação das fossas biodigestoras. Em 2009, foram construídas 220 fossas biodigestoras com recursos provenientes de proposta apresentada pela Associação de Moradores de Palmeiras à Fundação Banco do Brasil, despoluindo 100% do córrego que corta a comunidade. Foram beneficiadas com este projeto, além da comunidade de Palmeiras, outras comunidades que fazem parte da microbacia do Córrego Belo Monte, tais como as comunidades do Belo Monte e Vargem do Cipó. Vale lembrar que essas não foram as primeiras fossas construídas em Palmeiras – fato considerado pelos moradores um marco na preocupação ambiental -, que já fazia parte da comunidade. Assim, conforme informado, em 1999 todos os associados já haviam construído, com recursos próprios, suas fossas rudimentares. Dessa forma, a Fundação Banco do Brasil pôde realizar plenamente o desejo da comunidade com o fornecimento das fossas biodigestoras, trazendo melhores benefícios para o ambiente local, dada sua maior eficiência no tratamento do esgoto, atendendo a todos os moradores da comunidade.

Em 2015, a Associação de Moradores de Palmeiras foi incluída no “Relatório de Mercados Inclusivos” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois, por ser apoiada pela Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, alcançou visibilidade ao fazer parte da pesquisa para a elabo-

ração do relatório. Segundo o próprio documento: “Até 2015, a Estratégia DRS do BB apoiava 1.483 Planos de Negócio em todo país” (PNUD; FDC, 2015). Destes, a AMOP foi escolhida, uma vez que, pelo trabalho desenvolvido, atenderam aos seguintes “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU): 1. Erradicar a pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 8. trabalho decente e crescimento econômico; 10. Redução das desigualdades; 12. Consumo e produção responsáveis; e 17. Parcerias e meios de implementação.

#### 4. Outras atuações: a “espiral cívica”

Parece ser possível afirmar que a Associação de Moradores de Palmeiras, desde sua criação, assumiu, como coletivo, um papel de protagonista e responsável pelo desenvolvimento da comunidade, incluindo o cuidado com a natureza e preservando sua característica de comunidade de pequenos agricultores familiares.

Segundo os relatos, foi pela participação atuante dos seus associados que a Associação passou a estar inserida nas políticas públicas municipais, fazendo parte do Conselho Municipal de Agricultura, tanto através dos associados, que ocupavam cargos de direção na Cooperativa Cafesul, quanto representando a própria Associação. Assim, a AMOP passa a ter cadeira no citado conselho, apoiando as causas que envolvam a agricultura familiar e as associações locais.

Na luta para manter as escolas de ensino fundamental da zona rural, entre 2017 e

2018, a Associação esteve atuante em um movimento de resistência municipal ao fechamento de oito escolas de ensino fundamental do campo (PAIS..., 2018). Como resultado deste movimento, conseguiu-se reabrir quatro, das oito escolas que haviam sido fechadas. Além disso, a AMOP tem participação no desenvolvimento da Associação de Agricultores Familiares do município<sup>15</sup>, pois a incentiva e a fortalece, através não só da participação de alguns de seus membros, como também de mobilizações que realizam nas reuniões e em atos públicos, como nesse movimento para a reabertura das escolas da zona rural. Percebe-se, assim, que sua organização é geradora de outros movimentos que alteram a realidade de toda região, e não só dos associados da Associação de Moradores de Palmeiras.

Em 2020, em meio à pandemia gerada pelo novo coronavírus, a AMOP, vislumbrando possibilidades de conseguir recursos para ajudar as famílias necessitadas, enviou um projeto para a Fundação Banco do Brasil conseguindo recursos na ordem de R\$ 100.000,00, investidos na compra de 850 cestas básicas distribuídas a 850 famílias de todo o município (TEODORO, 2020).

Neste sentido, diversos autores apontam que uma das características possíveis de estarem presentes em uma associação seria a forte solidariedade interna cimentada pelo engajamento voluntário. Porém, o argumento mais difundido é o da “espiral cívica”.

O argumento mais difundido é o da “espiral cívica” – espiral virtuosa de proliferação de públicos associativos. Ao participarem de

15. A Associação de Agricultores Familiares de Mimoso do Sul tem, entre seus associados, alguns dos associados da AMOP. Dentre suas várias ações, a venda dos produtos de suas hortas ou agroindústria numa feira semanal no centro da cidade de Mimoso do Sul.

grupos cívicos, os indivíduos contribuiriam para a disseminação de conexões sociais, para a acumulação de capital social pelas dinâmicas de *bridging* (abertura e conexão sobre outros grupamentos associativos) e para o aumento da mistura social, ética e religiosa (em contato com indivíduos ou grupos segmentados). Frequentemente, seriam eles mesmos membros de diversas associações ou refundariam outras novas (...). (CEFAI; VEI-GA; MOTA, 2011, p. 20).

Sena (2014), em sua pesquisa sobre a análise de redes sociais para a gestão do desenvolvimento local, por meio de um estudo de caso realizado sobre as redes da AMOP, revela:

Além disso, a AMOP entende que deve ser provocadora e atuante junto aos órgãos públicos, a fim de contribuir com as discussões, implementações e controle social de políticas públicas, tanto as mais específicas (área rural) como as mais gerais, como educação e saúde, por exemplo. (SENA, 2014, p. 80).

Em 2018, a AMOP recebeu do governo do estado do Espírito Santo o Prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes, instituído pela Lei nº. 7.844 de 24 de agosto de 2004, conforme prevê seu Artigo 2º para reconhecer a contribuição social de pessoas, grupos ou entidades:

O Prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes será concedido, 01 (uma) vez a cada ano, a uma pessoa, a um grupo de pessoas, a uma entidade ou a uma organização, governamental ou não governamental, nacional ou estrangeira, que sem distinção de credo, gênero ou convicções, por suas ações ou ideias, contribuam ou tenham contribuído, de forma relevante para a construção de uma nova

realidade social local, nacional, continental ou mundial, marcada pelo apelo e materialização da justiça, solidariedade, fraternidade, em harmonia com a natureza”. (ESPÍRITO SANTO, 2004).

A preocupação coletiva com as questões públicas é apontada por parte das teorias sobre o associativismo como uma possível consequência de comunidades que exercitam um associativismo democrático. Putnam enfatiza a “comunidade cívica”, caracterizada por uma rica vida associativa e por um maior comprometimento da população com questões públicas, como um fator determinante para o melhor desempenho governamental (PUTNAM, 1996 apud LÜ-CHMANN, 2014, p. 162).

Ronaldo Lobão, em seu artigo intitulado “Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em reservas extrativistas”, põe em dúvida a competência cívica e a inculcação de valores cívicos como uma característica das associações modernas, quando afirma:

Não tenho elementos para julgar se tais princípios são verdadeiros e inerentes ao associativismo. Além de questões não resolvidas acerca das tensões entre o individualismo e o coletivismo, em uma sociedade na qual a cultura cívica não é partilhada com sentidos comuns, fica a pergunta sobre qual o sentido da competência a ser adquirida e que valores serão inculcados. (LOBÃO, 2011, p. 222).

Desta forma, pode-se compreender, conforme já abordado por este trabalho, que não se pode generalizar conceitos sobre os princípios associativos. As associações são muito heterogêneas, embora a perspectiva seja a de olhar para o caso analisado e pro-

mover reflexões acerca dos acontecimentos vivenciados na associação pesquisada.

### Considerações finais

Autores que trabalham a temática da “questão associativa”, como os mencionados neste trabalho, apontam os riscos de procurarmos características associativas ideais que deveriam ser encontradas nesses espaços coletivos:

As associações seriam, ainda, meios de realização de autonomia pessoal, de espaços de reciprocidade, de sociabilidade e de solidariedade e de redes de acumulação de capital social. Elas tirariam os indivíduos de seu isolamento, expandindo seus horizontes de experiência, multiplicando as ocasiões de encontro (...). Num plano mais político, as associações seriam os lugares privilegiados de exercício da cidadania: elas inculcariam os saberes, as virtudes e as competências cívicas e moldariam os regimes de engajamento de cidadãos. (...) Elas seriam laboratórios da vida cívica e escolas de democracia deliberativa, lugares de formação em civismo e mediações da sociedade civil. (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 20).

Sugerem, contudo, que tais aspectos “devem ser colocados à prova da pesquisa, para se verificar empiricamente se elas são mais ou menos justas ou falsas” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 20), conforme mencionado na introdução deste artigo. Não somente esta pesquisa revela as características associativas desenvolvidas na AMOP, no período das análises, mas também Sena (2014), em sua pesquisa sobre as redes da AMOP, conclui:

Na comunidade Palmeiras, as ações de solidariedade e de reciprocidade, sustentadas nas relações de parentesco e de vizinhança, ou seja, nos laços fortes, são comuns. No entanto, por intermédio da Associação de Moradores, fica claro o investimento, também realizado pela comunidade, para a criação, manutenção e ampliação dos laços fracos a partir das demandas comunitárias, incrementado assim as relações da comunidade numa perspectiva exógena ativa, isto é, ela não se coloca apenas como receptora das relações externas, mas, sim, como provocadora da criação de tais relações, afirmando, dessa forma, o seu ativo papel como ator estratégico local. (SENA, 2014, p. 76).

Percebe-se, então, que os elementos fundamentais para o desenvolvimento das características associativas estavam presentes: nos vínculos de proximidade entre os moradores de Palmeiras, muitos deles parentes uns dos outros; na prática da vida religiosa, no incentivo à união e à luta por melhorias para o povo, promovido pelo movimento das CEB's<sup>16</sup>, que deixam marcas até os dias atuais; na participação social ativa realizada pelo engajamento, não só aos movimentos da igreja, mas também na prática do futebol, onde toda a comunidade – homens jogando, mulheres cozinhando os lanches e torcendo –, tem participação, assim como nos eventos festivos de final de colheita; na identidade de agricultores familiares que os une, nos objetivos econômicos e de interesses de trabalho, pois possuem propriedades pequenas e com predominância da mesma produção – café e banana; e na preocupação com o seu lugar, com os bens comuns, com a preservação,

16. Comunidades Eclesiais de Base.

especialmente da água, tão necessária para seu ofício de agricultores e para a vida de suas famílias.

As características ideais que o associativismo deveria gerar, como as relatadas na passagem de Cefai, Veiga e Mota citada no primeiro parágrafo desta conclusão, foram notadas durante a pesquisa na AMOP. Percebeu-se o importante papel da igreja católica no desenvolvimento de sentimentos de solidariedade, união e luta, que foram e são importantes para os processos ocorridos em Palmeiras. Compreendeu-se que os parceiros, estatais e não estatais, desde o início foram fundamentais para a AMOP, pois sem os incentivos legais, sem as emendas parlamentares, sem o apoio técnico, possivelmente esta história teria um desfecho diferente.

Avaliou-se, assim, que as redes de acumulação de capital social existentes na AMOP geram um engajamento cívico que é transportado para além dos limites da comunidade de Palmeiras. Chegam aos espaços de políticas públicas do município de Mimoso do Sul, e são partilhados por muitas outras associações, grupos, indivíduos que buscam nesta Associação a inspiração para realizações parecidas em outros lugares, instituições, municípios.

Sabe-se que a experiência local da AMOP ganha conhecimento em outros lugares e demonstra que é possível realizar um projeto melhor para viver, havendo, sobretudo, organização e união. Não se pode idealizar esta Associação, pois as condições materiais e estruturais foram indispensáveis para as transformações nela realizadas, conforme anteriormente relatado, mas não se pode deixar de considerar, guardadas as devidas proporções, que:

Se recursos são transferidos, se avançam a luta e a organização popular, se se fragiliza o

clientelismo, o resultado é, necessariamente, que se conquistam novas e importantes posições para golpear ainda mais duramente os mecanismos perversos através dos quais coalizões locais reproduzem seu poder. Ações particulares também devem ser desenvolvidas, na esfera regional (...), nacional e internacional, para criar alternativas de alianças e acordos de cooperação que favoreçam a coalizão popular e o fortalecimento de seu projeto em detrimento da velha coalizão dominante. (VAINER, 2002, p. 150).

Assim, afirma-se que as experiências vividas pelos membros da Associação geram inspiração. Espera-se que esta pesquisa tenha colaborado para reflexões sobre o associativismo e sobre o desenvolvimento de processos de engajamento coletivo, semeando novos olhares sobre a vida associativa.

## Referências

- AGRICULTURA familiar capixaba garante diversidade, emprego e renda no campo. 24/07/2017. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/agricultura-familiar-capixaba-garante-diversidade-emprego-e-renda-no-campo>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- ALIER, J. M. El ecologismo de los pobres. *Revista Wani*, Manágua-NI, n. 125, p. 7-21, 1992. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17910/11685>. Acesso em: 18 set. 2022.
- AMOP - Associação de Moradores de Palmeiras - Livro Ata da Associação de Moradores Palmeiras, 1991 a 2018.
- AMOP - Associação de Moradores de Palmeiras - AMOP - Estatuto da Associação de Moradores de Palmeiras, 24 mar. 1993.
- BOURDIEU, P. *Capital social*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm). Acesso em: 16 jul. 2018.
- CEFAI, D.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (Orgs). *Arenas Públicas. Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 2011.
- CETCAF – Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café. *Instalação de unidades regionais para inovação tecnológica e capacitação de cafeicultores de café conilon do Espírito Santo na produção de cafés especiais*. Disponível em: <https://www.cetcaf.com.br/projeto-u-r-c-e>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- ESCOBAR, A. O lugar na natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 63-79.
- ESPÍRITO SANTO. Lei 7.844 de 24 de agosto de 2004. Prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes. Disponível em: <https://premiodomluis.es.gov.br/lei-de-criacao>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- FERNANDES, A. *Associativismo, território e desenvolvimento sustentável: análise de uma experiência local em Mimoso do Sul (ES)*. Campos-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2019.
- FERNANDES, A.; SCOTTO, G. *Associativismo, mobilização social e comunidade: um estudo de caso das relações associativas na Associação de Moradores de Palmeiras – AMOP em Mimoso do Sul (ES)*. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, 18, 2019. Campos-RJ. Anais [...]. Campos-RJ: UCAM, 2019. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2019/12/Associativismo-Mobiliza%C3%A7%C3%A3o-Social-e-Comunidade.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.
- GLOBO RURAL. *Trabalho em grupo transforma vida de pequenos produtores no ES*. G1, 22/07/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/07/trabalho-em-grupo-transforma-vida-de-pequenos-produtores-no-es.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural. *Estudo da realidade de Palmeiras*. Mimoso do Sul, 12 set. 1991.
- INCAPER. *Mimoso do Sul: Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural-PROATER*. 2020-2023. 2019. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Mimoso.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- LOBÃO, R. *Quando as Associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em reservas extrativistas*. In: CEFAI, D.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (Orgs). *Arenas Públicas. Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 2011.
- LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2016.
- LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, 2014, p. 159-168.
- PAIS protestam contra fechamento de escolas em Mimoso do Sul. *Mimoso News*. 14/03/2018. Disponível em: <http://www.mimosonews.com.br/acesso.php?pg=841&ID=932de881c0a7d1>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- MOFATTI, R. PALMEIRAS: comunidade sustentável presta homenagem ao técnico do Incaper. n.d. Disponível em: <http://www.mimosoinfoco.com.br/voce-in-foco/palmeiras-comunidade-sustentavel-presta-homenagem-ao-tecnico-do-incaper/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

OLIVEIRA, J. Os répteis e anfíbios da Mata Atlântica. 25/04/2018. Disponível em: <http://www.pmav.es.gov.br/noticia/ler/250/monumento-nacional-serra-das-torres-e-local-de-materia-com-biologo-richard-rasmussen>. Acesso em: 12 jul. 2018.

PNUD; FDC – Fundação Dom Cabral. **Mercados inclusivos no Brasil: desafios e oportunidades do ecossistema de negócios**. Disponível em: [https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/Relatorio%20Mercados%20Inclusivos%20no%20Brasil\\_PNUD\\_web.pdf](https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/Relatorio%20Mercados%20Inclusivos%20no%20Brasil_PNUD_web.pdf). Minas Gerais: PNUD, set 2015. Acesso em: 13 jun. 2021.

PROGRAMA de Aquisição de Alimentos (PAA). Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em: 31 jul. 2019.

SAFRAES. Associação de produtores rurais de Palmeiras: em Mimoso do Sul: a união que supera desafios e transforma vidas. 08/03/2013. Disponível em: <http://www.safraes.com.br/site/conteudo.asp?codigo=96>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SENA, L. S. **Contribuições da análise de redes sociais para a gestão do desenvolvimento local: o caso da Comunidade de Palmeiras – Mimoso do Sul-ES, 2014**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

TELLES, V. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. *In: VILLAS-BÔAS, R. (Org.). Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Polis, 1994, p. 43-54.

TROFÉU Biguá 2014. GAZETA ONLINE: Prêmio Biguá de Sustentabilidade. 2014. Disponível em: <https://especiais.gazetaonline.com.br/sustentabilidade/ganhadores/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TEODORO, I. Gratificante demais poder ajudar o nosso irmão. 19/05/2020. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=2993676320752798&substory\\_index=0&tid=100003313786051](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2993676320752798&substory_index=0&tid=100003313786051). Acesso em: 10 jun. 2021.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? do IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001. Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 140-151, 2001.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

## RESUMO

Neste artigo, apresentam-se resultados de uma pesquisa realizada na *Comunidade Palmeiras*, no município de Mimoso do Sul (ES), cujo objetivo foi realizar uma análise das relações associativas locais em torno de projetos de interesse comum, de uma associação de moradores da área rural, fundada na década de 90. Argumentamos que ações coletivas dos moradores têm gerado profundas transformações sociais, para além da comunidade local. Foi realizado um trabalho de cunho qualitativo baseado em entrevistas, observação participante e análise documental, visando conhecer a história da associação e identificar suas características desde a fundação. Este trabalho traz na sua característica empírica sua força de argumentação, possibilitando fecunda articulação com teorias sobre a “vida” e os processos associativos. Conclui-se que para entender as transformações ocorridas na Comunidade Palmeiras, é fundamental olhar para processos que promoveram o encontro da cultura “local” com tradições comunitárias, com as características necessárias para desenvolver um trabalho associativo.

## PALAVRAS-CHAVE

Associativismo. Mobilização social. Comunidade Palmeiras (ES).

## ABSTRACT

This work presents the results of a research carried out in the Community of Palmeiras, in the municipality of Mimoso do Sul (ES), whose objective was to carry out an analysis of local associative relationships around projects of common interest of an association of rural residents, founded in the 1990s. We argue that collective actions by residents have generated profound social transformations, beyond the local community. This work was based on interviews, participant observation and document analysis, in order to know the history of the association and identify its characteristics since it was founded. This work brings in its empirical characteristic its force of argumentation, enabling an articulation with theories about “life” and associative processes. It’s possible to conclude that in order to understand the transformations that took place in the Palmeiras Community, it is essential to look at processes that promoted the encounter of “local” culture and community traditions with the necessary characteristics to develop an associative work.

## KEYWORDS

Associativism. Social mobilization. Community of Palmeiras (ES).

Recebido em: 14/06/2021

Aprovado em: 30/05/2022